

# O preço da pressa

JOELMIR BETING

Menor a exportação de bens e serviços, maior a importação de crédito ou poupança. O Brasil queria exportar US\$ 28 bilhões para segurar o ingresso de capital na marca de US\$ 13 bilhões. Agora, na metade do exercício, refaz os cálculos e informa que as exportações, em geral, dificilmente alcançarão a faixa dos US\$ 25 bilhões, forçando o País a buscar lá fora, em capital, um mínimo de US\$ 16 bilhões.

Com reservas de US\$ 7,5 bilhões.

\*\*\*

Desde 1970, a importação de capital, vulgo dívida externa, cresce mais velozmente do que a exportação de mercadorias. Esta registra um aumento acumulado de 707 por cento em 12 anos. Aquela, um avanço cumulativo de 1.111 por cento.

Um número pelo menos bonito, que situa o Brasil na fila do gargarejo dos devotos de Santa Edwiges, a beata polonesa que faz plantão na cabeceira dos endividados.

Quando a importação de poupança cresce mais do que a exportação de mercadorias, deteriora-se o chamado coeficiente de vulnerabilidade da dívida, que dá o calibre da taxa de risco na mesa do credor ressabiado.

\*\*\*

Para o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, a dívida externa causa espanto nos seus números absolutos ou na rapidez de sua expansão. Mas não é assim tão fantasmagórica na destinação: a dívida contratada lá fora vem sendo sistematicamente utilizada na carteira do investimento e não na cobertura do déficit a fundo perdido ou na combustão do consumo corrente.

Ou, em bom economês: a dívida externa suplementa a poupança interna. Não é de jogar fora: nos últimos 12 anos, ela anda ao redor de 21 por cento do PIB. O diabo é que o investimento nacional, no sentido da formação bruta de capital, representa, também em média, 23 por cento do PNB.

A diferença entre a poupança disponível e o investimento realizado é coberta pelo capital importado.

\*\*\*

Simonsen suspira fundo:

— Felizmente, o Brasil não se endividou, até agora, para consumir mais, e, sim, para investir mais. Entre 1974 e 1979, na turbulência da crise mundial do petróleo, nossa taxa de investimento alcançou os 25 por cento do PNB, com o sistema econômico acelerando o ritmo no meio da tempestade. E se a gente levantar a série dos últimos 30 anos, vai descobrir que o Brasil sustentou a mais alta taxa média de crescimento do Produto Real, qualquer coisa ao redor de 7,1 por cento. No longo ciclo, tivemos algumas contrações ou expansões espasmódicas, como a recessão do ano passado ou a explosão de 14 por cento em 1973. Mas, na média de 30 anos, prazo de quase uma geração, apontamos como a economia de maior dinamismo na cena internacional. O problema é que estamos colocando a vontade de investir acima da nossa capacidade de poupar.

\*\*\*

O desenvolvimentismo tupiniquim, enquanto doutrina econômica, faz o gênero do Brasil em construção, economia do investimento, do desbravamento, do endividamento.

Do ponto de vista qualitativo, o processo adotado, que não chega a ser propriamente um modelo, merece do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento alguns reparos contundentes.

Por exemplo: o investimento nacional é bancado pelo crédito e não pelo capital, pelo alugador do dinheiro e não pelo aplicador do recurso, pelo credor movido a juro e não pelo sócio movido a lucro.

Simonsen pega no lápis e rascunha o mapa do inferno capitalista:

— Santo Cristo: na década de 70, a participação do capital do acionista, dito capital de risco, na formação bruta de capital fixo, não foi além de um cruzeiro para cada 100 investidos. Ainda está para nascer o mercado primário de ações, via ofertas públicas registradas. O endividamento das empresas estatais ou privadas acaba sendo um expediente sem alternativa. E como a economia tem pressa, e a sociedade não aceita nem um breve ensaio de desaquecimento purgativo, o processo de endividamento já ultrapassou o limite da tolerância: a relação dívida/patrimônio no setor industrial, por exemplo, saltou de 80 por cento em 1973, para 130 por cento no ano passado. E, na lista das 500 maiores sociedades anônimas do Brasil, teoricamente fertilizadas pelo capital do sócio, o exigível anda em torno de 78 por cento do patrimônio líquido — o que deve ser um triste recorde mundial.

\*\*\*

Completamente viciadas em crédito, as empresas nacionais, privadas ou estatais, enfrentam a mais violenta sobrecarga dos juros reais, de quase um terço acima da taxa da inflação — outro sinistro recorde mundial. Nenhum ativo físico consegue apurar uma taxa de rendimento dessa ordem de grandeza.

Do que resulta, na observação de Simonsen, uma inflação bioquímica: a massa crescente dos juros devora os lucros em baixa e vomita os preços em alta.

\*\*\*

Outra perversão do sistema, segundo Simonsen:

— Na formação bruta de capital fixo, a poupança interna deriva, basicamente, do setor privado, embora o investimento seja liderado pelo setor público. Ou seja: as empresas particulares investem menos do que pouparam, enquanto o Governo poupa menos do que investe. Logo, há uma transferência sistemática de poupança do setor privado para o setor público. Tanto assim, que o Governo e suas empresas respondem, nos últimos 12 anos, por 60 por cento da formação bruta de capital fixo. Para satisfazer tamanha gula, a poupança externa mal passa de 3,9 por cento do PIB, enquanto a poupança interna permanece ao redor de 21 por cento.

\*\*\*

Esse processo de transferência, ou de estatização da poupança privada, é tortuoso, nebuloso, caprichoso. Mas, tão antigo quanto a invenção do governo, qualquer governo.

No momento brasileiro, essa transferência embarca em cinco picadas: 1) A da inflação, imposto tão feroz quanto oculto; 2) A da carga fiscal, que dispensa apresentação; 3) A da poupança compulsória, do tipo FGTS, PIS-Pasep, INPS e Finsocial; 4) A dos empréstimos do sistema financeiro às instituições governamentais; 5) A dos pagamentos em atraso do Governo aos seus fornecedores privados de bens e serviços.

Atraso que não se obriga a pagar juros nem correção...

\*\*\*

Mário Henrique Simonsen entende que tanto o endividamento das empresas em geral, como a estatização progressiva da poupança nacional, podem ser detidos a partir da edificação do mercado de captação e aplicação do capital — o do sócio, no lugar do credor.

Ele propõe a construção imediata, com a argamassa dos incentivos fiscais, de um edifício provisório — o do mercado primário das debêntures convertíveis em ações, dinheiro do credor que se transmuta em capital do sócio, "verdadeira ponte entre as incertezas do presente e as promessas do futuro".